



Universidade Federal De Ouro Preto – UFOP
Escola de Educação Física - EEFUFOP
Bacharelado em Educação Física



Monografia

**Espaços e equipamentos públicos para as práticas de lazer e esporte:
um olhar para Ouro Preto (MG) e seus distritos**

Júlia Lima

Ouro Preto – MG

2021

Júlia Lima

**Espaços e equipamentos públicos para as práticas de lazer e esporte:
um olhar para Ouro Preto (MG) e seus distritos**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à disciplina Seminário de TCC (EFD-381) do curso de Educação Física - Bacharelado da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para aprovação na mesma.

Orientador: Prof. Dr Bruno Ocelli Ungheri

Ouro Preto – MG

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

L732e Lima, Julia.

Espaços e equipamentos públicos para as práticas de lazer e esporte
[manuscrito]: um olhar para Ouro Preto (MG) e seus distritos. / Julia Lima.
- 2021.

42 f.: il.: color., tab..

Orientador: Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola
de Educação Física. Graduação em Educação Física .

1. Lazer. 2. Esporte. 3. Políticas Públicas. 4. Equipamentos esportivos
- Avaliação. I. Ungheri, Bruno Ocelli. II. Universidade Federal de Ouro
Preto. III. Título.

CDU 379.8 (815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Angela Maria Raimundo - SIAPE: 1.644.803



FOLHA DE APROVAÇÃO

Júlia Lima

Espaços e equipamentos públicos para as práticas de lazer e esporte: um olhar para Ouro Preto (MG) e seus distritos

Monografia apresentada ao Curso de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel

Aprovada em 12 de agosto de 2021

Membros da banca

Prof. Dr. Bruno Ocelli Ungheri - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. Aládia Medina - (Prefeitura Municipal de Nova Lima - MG)
Profa. Ms. Brisa de Assis Pereira - (Prefeitura Municipal de Contagem - MG)

Bruno Ocelli Ungheri, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 13/08/2021



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Ocelli Ungheri**, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, em 13/08/2021, às 20:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0206817** e o código CRC **F37E9A1A**.

Dedicatória

Dedico mais essa conquista primeiramente a Deus, que em todos os momentos se fez presente e me deu forças e energia para me dedicar a ela. Dedico e agradeço também aos meus pais Edson Ferreira Lima e Valdirene Araújo Lima pelo apoio e puxões de orelha, quando necessários, que não me deixaram desistir e que sempre estiveram ao meu lado e acreditando em mim.

Agradeço aos meus amigos de curso que levarei para a vida toda.

Agradeço também ao meu orientador Bruno Ocelli Ungheri que com muita sabedoria e cuidado me proporcionou tanto crescimento e que teve muita paciência durante meu processo de crescimento.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê”

(Arthur Schopenhauer)

RESUMO

Temos em nossa sociedade hoje, o lazer como um direito social, que deve ser garantido a todos. É sabido que o fato de existirem equipamentos públicos de esporte e lazer, não garante a utilidade e a utilização pública. Pode-se dizer que a própria cidade possui informação escassa dos espaços de esporte e lazer, públicos, disponíveis para a população. Sendo assim, o objetivo desse estudo foi diagnosticar os equipamentos públicos de esporte e lazer em Ouro Preto e seus distritos, realizando um mapeamento geográfico e considerando a análise da qualidade desses equipamentos e sua acessibilidade. Para o desenvolvimento da pesquisa, partiu-se do pressuposto, como dito anteriormente, que o acesso ao esporte e lazer é direito de todos os cidadãos. Com caráter de estudo descritivo exploratório, a metodologia proposta foi a utilização do formulário de observação adaptado a partir do formulário de Simone Rechia, para a classificação dos espaços quanto às condições de manutenção, acessibilidade, mobiliário e vocação. Foi utilizado também dados da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Ouro Preto para identificação da sede e dos distritos a serem observados. Nesta perspectiva, entende-se que este trabalho contempla um elo entre Secretaria Municipal de Ouro Preto e a Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Com as informações adquiridas através do estudo, foram criadas fichas catalográficas para a classificação das categorias dos equipamentos observados em geral e avaliações individuais, quanto ao estado de conservação. Observou-se uma relação entre a localização dos equipamentos e o seu nível de avaliação em relação ao estado de conservação, assim como uma concentração destes, na região central.

Palavras-Chave: Lazer, Esporte, Políticas públicas, Equipamentos, Avaliação.

ABSTRACT

In our society today, leisure is a social right that must be guaranteed to everyone. It is known that the fact that there are public sports and leisure facilities does not guarantee their utility and public use. It can be said that the city itself has little information on public sport and leisure spaces available to the population. Therefore, the objective of this study was to diagnose the public sports and leisure facilities in Ouro Preto and its districts, performing a geographic mapping and considering the analysis of the quality of these facilities and their accessibility. For the development of the research, it was assumed, as mentioned above, that access to sport and leisure is a right for all citizens. As an exploratory descriptive study, the proposed methodology was to use the observation form adapted from the Simone Rechia form, for the classification of spaces in terms of maintenance, accessibility, furniture and vocation. Data from the Municipal Department of Sport and Leisure of Ouro Preto was also used to identify the headquarters and the districts to be observed. In this perspective, it is understood that this work contemplates a link between the Municipal Secretariat of Ouro Preto and the Federal University of Ouro Preto – UFOP. With the information acquired through the study, catalog sheets were created to classify the categories of equipment observed in general and individual assessments, regarding the state of conservation. There was a relationship between the location of the equipment and its level of assessment in relation to the state of conservation, as well as a concentration of these in the central region.

Key words: Leisure, Sport, Public policy, Equipment, Evaluation

SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Objetivos.....	11
1.1.2 Objetivo Geral	12
1.1.3 Objetivos Específicos	12
1.2 Justificativa.....	12
2.0 METODOLOGIA.....	13
3.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	16
4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27
ANEXO A	31
Formulário de Observação.....	31
ANEXO B.....	38
Portfólio/ Ficha Catalográfica	38

1.0 INTRODUÇÃO

Qual o papel do Estado na sociedade? Esse é um questionamento frequente nos debates direcionados às políticas públicas de lazer e esporte, sendo os equipamentos públicos para essa finalidade uma vertente amplamente focalizada por pesquisas, eventos acadêmicos e no dia a dia das instituições públicas. Com amparo em Marcellino *et al.* (2015), entende-se que os estudos dedicados à essa temática nascem e se impulsionam pelo processo de urbanização das grandes cidades, chegando a todas as regiões do país, nem tão grandes ou tão urbanizadas. Especula-se que o processo de municipalização experimentado no Brasil, que tem como pano de fundo o pacto federativo, pode ser a chave de compreensão sobre a dinâmica dos espaços e equipamentos públicos para as práticas de lazer e esporte nos municípios.

É imperativo ter em mente que os estudos sobre as políticas públicas devem considerar o lócus de sua experimentação, ou seja, as cidades. Sobre isso, Santos (2002) ressalta que as cidades se distinguem umas das outras por objetos fixos e fluxos, os quais conferem significação para os moradores. Significa dizer que os territórios são resultado de processos históricos, que vão além da divisão geográfica e espacial, uma vez que se configuram a partir das relações estabelecidas pelos sujeitos que ali habitam ou já habitaram. São, portanto, permeados por tradições e manifestações culturais que moldam e legitimam a identidade do lugar. Negar ou “invisibilizar” tal constatação poderia desencadear um processo de artificialização dos espaços públicos e, conseqüentemente, um sentimento de perda por parte da população local.

Ao pensar nos espaços urbanos, Chauí (1989) aponta que em sua configuração deve haver um sentimento de unidade e pertencimento por parte das pessoas, pois são nesses lugares que se concretizam as relações sociais. Em consonância, Santos (1998) ressalta que o espaço da comunidade é constituído pelas relações sociais, exigem regras de comportamento delineadas pela ausência de violência e busca pela harmonização de interesses, o que expõe a complexidade dos estudos que se debruçam sobre o tema.

Por esse prisma, o olhar crítico para a paisagem das cidades permite compreendê-las de forma amplificada, sendo possível estabelecer um retrato da identidade local, reconhecer seu patrimônio histórico material e imaterial, fornecendo subsídios para tomadas de decisão futuras no âmbito das políticas públicas. Entende-se a política pública como ferramenta adotada por

autoridades ou agentes públicos, para estabelecer um curso de ação direcionado à realização de certos fins. Logo, as políticas públicas ocorrem em ambiente tenso e de alta densidade política, marcado por relações de poder entre atores do Estado e da sociedade, nas diferentes esferas do território, em nível nacional e subnacional (RUA, 2012).

Nessa esteira, Marcellino *et al.* (2015) enaltecem que a oferta de espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte é fundamental para a democratização dessas práticas, haja visto que o tempo disponível para as experimentar somente se concretiza pela correspondência de um espaço acessível. Cumpre enaltecer que, para fins do presente estudo, os espaços são entendidos como suporte para os equipamentos, vistos como objetos que se organizam pelo ambiente em função de determinada atividade. Tomando por base a realidade brasileira, Ribeiro (2011) aponta que grande parte das instalações construídas no país atendem parcialmente aos fins para os quais se destinam, especialmente pela ausência de planejamento metódico e racional dos projetos.

Fica evidente, portanto, que o poder público, sobretudo o municipal, entenda a importância dos espaços urbanos de lazer e esporte nas cidades, capitaneando ações para a qualificação e profissionalização de sua gestão, cumprindo o papel de garantia dos direitos sociais constitucionalmente posicionados. Ao considerar a identidade cultural do município em que o presente estudo se desenvolve, destaca-se que Ouro Preto é considerado patrimônio histórico mundial, localizado no estado de Minas Gerais. Além do seu “centro histórico”, possui doze distritos que designam a divisão de seu território geográfico, ocorrida principalmente por aspectos de natureza política e administrativa. É reconhecida pelo seu expressivo acervo histórico artístico e cultural, que se manifesta nas casas, nas igrejas e nas demais construções do século XVIII.

Todavia, não se pode perder de vista os dizeres de Castriota (2009) que, ao analisar a memória como princípio da preservação patrimonial da sociedade, afirma que as chamadas cidades históricas muitas vezes sofrem com o apagamento de marcas de sua história local - sedimentada pelos anos - para a criação de símbolos nacionais. O autor aponta que Ouro Preto se enquadra nessa perspectiva e justifica sua afirmativa, principalmente, na influência sofrida pelo movimento modernista, que induziu a valorização dos aspectos arquitetônicos em detrimento dos bens culturais apreendidos a partir das relações sociais.

Segundo Castriota (2009, p. 131), o município é certamente “o mais significativo conjunto da arquitetura colonial brasileira”, o que lhe garantiu fama de primeira cidade brasileira a receber o título de monumento nacional e patrimônio da humanidade pela UNESCO. Entrementes, se por um lado a política de preservação estabelecida desde 1930,

juntamente com a estagnação econômica mantiveram o conjunto arquitetônico, por outro lado “criaram um objeto idealizado, desconsiderando a história local e afastando a população da cidade”.

Esse é um elemento central para o presente estudo, uma vez que as práticas de lazer são impactadas pela dinâmica social e econômica dos territórios. A partir do exposto, nota-se que Ouro Preto direciona sua agenda para os aspectos ligados ao turismo cultural, que promovem significativas alterações no ordenamento da cidade. Em específico, tomando como referência os equipamentos públicos de lazer e esporte, questiona-se sua implementação e distribuição pelo território, assim como a priorização do potencial econômico dos “objetos idealizados” explorados pelo mercado turístico.

Nesse bojo, inúmeras são as abordagens possíveis de serem mobilizadas no campo acadêmico, mas ao considerar a cultura como pano de fundo, refletir sobre o lazer das cidades se torna tarefa indispensável. Entendendo-o como direito constitucional, a falta de acesso igualitário às suas oportunidades nos municípios brasileiros é um problema social, especialmente pelo caráter multidimensional das cidades. Apesar da existência de um Plano Diretor (OURO PRETO, 2006), que estabelecesse normas a respeito da oferta e usufruto do lazer e do esporte na cidade, observa-se a urgência de se verificar as condições de acesso ofertadas atualmente aos cidadãos ouro-pretanos. Afinal, o fato de existirem equipamentos de esporte e lazer em espaços públicos não garante a utilização cidadã.

No âmbito do lazer, os aspectos vinculados geoprocessamento dos espaços urbanos se valem de métodos que permitem a localização e a qualificação dos equipamentos públicos, auxiliando na determinação de prioridades, na otimização e reorganização do espaço urbano. Emerge daí a perspectiva de “cidade viva”, referenciada por Negt (2002) como estrutura urbana compacta, com densidade populacional razoável, reorganização do tráfego, segurança e espaços de transição, que amplificam a criação de espaços públicos que suportem a necessidade humana de contato e convivência com aquele/aquilo que se desconhece.

A partir daí, é indispensável compreender as diferentes formas de se pensar as cidades na contemporaneidade, mantendo as características próprias do lugar com aproveitamento da paisagem natural, conectando-as a espaços de lazer e cultura. Nesta direção, Garcia (1996) ressalta que independentemente do tipo ou modelo de espaços públicos adotados pelas cidades, o projeto de modernização do espaço urbano quase sempre incorpora, como valor, a ética e a estética do lazer. Para Harvey (2000), os projetos urbanos devem ser mais sensíveis às tradições próprias da região, às histórias locais, gerando formas arquitetônicas especializadas que podem variar de espaços íntimos ao espetáculo.

Cabe aqui considerar, conforme Lefebvre (2011), que no interior das práticas de lazer e por meio delas os sujeitos, conscientemente ou não, podem realizar a crítica de sua vida cotidiana, respeitadas suas possibilidades. Nesse contexto, vislumbra-se a possibilidade de se estabelecer diferentes perspectivas do lazer na vida das pessoas e das cidades, o que pode ocorrer por meio de uma nova articulação entre espaço e tempo. Têm-se, como consequência primordial, a (re) apropriação do espaço público, que pode possibilitar a reconstrução da vitalidade da cidade.

De tal modo, concorda-se com Rosa (2017) ao compartilhar que se espera do poder público o estímulo às artes e à criatividade, à memória da cidade, à descentralização da cultura (programas em bairros), à animação da cidade e à preservação do patrimônio histórico, exponenciando a busca pela identidade da cidade, que pode se manifestar de diferentes modos a partir da subjetividade de seus moradores. Vale reconhecer que o lazer e, em sua esteira, o esporte, foram tópicos que o urbanismo moderno estabeleceu como relevantes para o século XX. Assim sendo, pode-se afirmar que os espaços livres e públicos se tornaram uma das principais áreas de encontro e convívio social, com destaque para praças e parques públicos. Não obstante, a manutenção e a animação desses espaços são ferramentas indispensáveis para sua ressignificação e apropriação pelos habitantes.

Nessa ótica, como destaca Mariano (2006), para assegurar o lazer como direito social, as políticas públicas não podem ser resumidas ao excesso de atividades do consumo de massa ou à política de eventos. Devem, também, garantir oportunidades de vivências cotidianas de lazer, disponibilização de equipamentos em boas condições de uso e animação adequada. Justifica-se, portanto, a inserção do lazer e do esporte na agenda nacional das políticas públicas, evidenciando o papel do Estado para sua garantia, não somente pela oferta de práticas, mas pela criação das condições ótimas à sua vivência. A partir dos elementos em tela, objetivou-se com o presente estudo, diagnosticar os equipamentos públicos de esporte e lazer presentes em Ouro Preto e seus 12 distritos. Como desdobramentos específicos, optou-se por analisar a qualidade desses espaços e equipamentos, considerando a infraestrutura das edificações, a mobilidade urbana, a segurança pública, a capilaridade territorial, a acessibilidade e a multiplicidade de interesses culturais.

1.1 Objetivos

1.1.2 Objetivo Geral

Mapear os espaços e equipamentos públicos para as práticas de lazer e esporte disponíveis em Ouro Preto – MG e seus 12 distritos

1.1.3 Objetivos Específicos

Setorizar os espaços e equipamentos mapeados pelas regiões da sede e pelos distritos.

Analisar as condições de acesso, uso e permanência dos espaços e equipamentos mapeados.

Verificar a vocação dos espaços e equipamentos mapeados.

1.2 Justificativa

O presente estudo se justifica pela consolidação do lazer e do esporte na agenda nacional das políticas públicas, evidenciando o papel do Estado para sua garantia, não somente pela oferta de práticas, mas pela criação das condições ótimas à sua vivência. Como destaca Rosa (2017), são raras as pesquisas que se dedicam a analisar espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte, ainda mais em municípios com vocação turística. Além de lançar luz para um objeto carente de contribuições no âmbito científico, o trabalho tem a possibilidade de fomentar o poder público com informações capazes de qualificar os processos de planejamento, construção, administração e animação de instalações desta natureza.

2.0 METODOLOGIA

Os questionamentos a respeito dos equipamentos de esporte e lazer não são recentes, foram de fundamental importância nas décadas de 1920 e 1930 para as primeiras iniciativas estruturadas no âmbito do lazer, uma vez que são componentes dinâmicos de uma política de lazer, estando em constante transformação (MARCELLINO *et al.* 2006). Partindo deste princípio, para se mapear os espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte disponíveis em Ouro Preto (MG) e seus distritos, optou-se pelo desenvolvimento de uma pesquisa de campo, apoiando-se na perspectiva de Bauer e Aarts (2002) sobre a construção de *corpus* nas ciências sociais. Os autores defendem um escopo de pesquisa crescente, que passa pela seleção preliminar de uma variedade de fontes informacionais, que são analisadas sobre a pertinência ao objeto de estudo e, posteriormente, ampliadas até que não se descubra mais variedade.

A partir desta perspectiva, tinha-se como objetivo alcançar a totalidade dos espaços e equipamentos de lazer e esporte presentes na sede de Ouro Preto e em seus 12 distritos. Todavia, como o estudo não se valeu de um mapa referencial¹ que clarificasse a quantidade e a localidade dos objetos de análise preliminarmente, desencadeou-se um processo de descoberta durante a pesquisa. Logo, formalizou-se um projeto de cooperação técnica entre a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP), denominado Projeto Esporte e Lazer Ouro-pretano (ELO), em que um dos objetivos a ser alcançado seria o diagnóstico proposto pelo presente estudo.

Desta feita, criou-se um grupo de trabalho compartilhado por onze membros do Laboratório Lazer, Gestão e Política (LAGEP - UFOP), além de oito profissionais que compõem o quadro da Secretaria Municipal de Esporte e lazer de Ouro Preto (SEMEL), totalizando 19 pesquisadores. Estes, por sua vez, foram divididos em quatro subgrupos que tiveram como atribuição a coleta de dados em itinerários distintos, seguindo a logística delineada pelo Quadro 1, elaborado conjuntamente pelas instituições cooperadas:

Quadro 1: Logística para coleta dos dados.

GRUPO	COLETA 1	COLETA 2	COLETA 3
1	Distrito Cachoeira do Campo - Lado A	Distritos	Sede do Município Regiões Sudoeste e Oeste

¹ Vale enaltecer que o trabalho desenvolvido Rosa (2017) auxiliou na compreensão do escopo de pesquisa, uma vez que se debruçou sobre os equipamentos de lazer e esporte de Ouro Preto, buscando contribuições no campo das políticas públicas. Todavia, além da possibilidade de existência de novos espaços e equipamentos entre 2017 e 2021, ressalta-se que o relatório de dados não contemplou os distritos de Ouro Preto.

		Santo Antônio do Leite, Engenheiro Correia e Miguel Bournier	
2	Distrito Cachoeira do Campo - Lado B	Distrito Amarantina	Sede do Município Regiões Sul e Nordeste
3	Distrito Antônio Pereira	Distritos Rodrigo Silva, São Bartolomeu e Glaura	Sede do Município Regiões Leste e Noroeste
4	Distrito Santa Rita de Ouro Preto	Distritos Santo Antônio do Salto e Lavras Novas	Sede do Município Regiões Norte e Central

Fonte: Banco de dados do Projeto ELO.

As equipes de trabalho visitaram todas as localidades, registraram imagens dos espaços e equipamentos que se depararam, analisando-os quanto as dimensões preconizadas pelo instrumento de coleta de dados (ANEXO 1). Posteriormente, os dados emergentes foram tabulados, referenciando a criação de fichas catalográficas individuais (ANEXO 2) para todos os 183 espaços e equipamentos identificados nas visitas de campo. Para fins desta pesquisa, as fichas catalográficas foram analisadas segundo a técnica de Análise Documental que, no entendimento de Alves *et al.* (2021), tem os documentos como fonte e objeto de estudo e investigação.

No presente ensaio, a noção de documento se ancora no entendimento desses autores, que o compreendem como resultante de uma combinação de intencionalidades, valores e discursos constituídos e constituintes do momento histórico. Adiciona-se que os documentos analisados, por se tratar de documentos públicos, são entendidos como fontes escritas primárias. De acordo com Marconi e Lakatos (2017), as imagens contidas nesses arquivos também se enquadram na lógica de fontes primárias, uma vez que foram registradas pelos próprios autores da pesquisa.

É imperativo destacar que, como espaços e equipamentos para as práticas de lazer e esporte, foram consideradas as seguintes classificações: i) Academia ao Ar Livre; ii) Campo de Futebol; iii) Complexo Esportivo; iv) Esportes Radicais; v) Ginásio; vi) Parque; vii) Piscina; viii) Pista de Corrida; ix) Playground/Parquinho; x) Praça; xi) Quadra Esportiva; xii) Salão Comunitário. Sob tal prisma, as instalações identificadas foram analisadas com referência no Formulário de Avaliação das Condições de Acesso, Uso e Permanência nos Espaços, adaptado do Protocolo de Análise dos Equipamentos Públicos de Esporte e Lazer desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (GEPLEC) em 2004. Nessa perspectiva, foram focalizadas as seguintes dimensões: a) dados gerais de identificação; b) segurança; c) iluminação; d) acessibilidade; e) circulação; f) sanitários; g) lavatórios; h) mobiliário; i) estruturas de permanência.

Os dados obtidos foram organizados em planilhas do Excel 2016, tendo sua classificação baseada nos mesmos tópicos que referenciaram as fichas catalográficas. Designaram-se conceitos para todos os espaços e equipamentos, sendo o conceito A (atende as necessidades) estabelecido caso a estrutura apresentasse todos os padrões de análise. Já o conceito B (atende parcialmente) foi concedido caso um ou mais padrões de análise não fossem identificados. Por fim, o conceito C (não atende às necessidades) se deu quando o espaço ou equipamento não apresentava nenhum dos padrões preconizados pelo formulário de análise. Por fim, cumpre mencionar que as ações preconizadas pelo Projeto ELO encontram-se aprovadas pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Ouro Preto, conforme parecer nº 3.928.074 (CAAE: 26073619.4.0000.5150), reconhecendo-o como projeto longitudinal.

3.0 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados analisados revelaram a distribuição dos espaços e equipamentos para as práticas de lazer e esporte no município de Ouro Preto e seus doze distritos, como se pode observar no Quadro 2. Nota-se que foi possível verificar diferentes tipos de instalações, sem que isso represente algum padrão preliminar de organização, ou seja, o cenário encontrado não parece ser fruto da ação intencionada do poder público com vistas à democratização das práticas de lazer e esporte, como defendem significativa parcela dos autores que se debruçam sobre os estudos do lazer (MARCELLINO *et al.*, 2015; UNGHERI E ISAYAMA, 2021; ROSA, 2017; BAHIA E FIGUEIREDO, 2017; AROSTEGUY E GOMES, 2020; STIGGER E MYSKIW, 2019; RECHIA, 2003; NECA E RECHIA, 2020)

Ao contrário, demonstra o acúmulo de espaços e equipamentos isolados pelos territórios, poucas vezes animados culturalmente e desvinculados de uma política pública consolidada capaz de viabilizar sua apropriação pelas comunidades. Outro elemento a ser apreendido a partir dos resultados compartilhados é a priorização das ações do poder público na direção dos centros das cidades. Comparando as realidades da sede do município e dos distritos, os espaços e equipamentos analisados se concentraram desproporcionalmente na sede de Ouro Preto (MG). Indo mais além, tomando por base somente os distritos, foi evidente a convergência para as regiões que abrigam o centro social ou comercial da localidade.

Quadro 2: Distribuição dos espaços e equipamentos em Ouro Preto e seus distritos.

Local	Academia Ar Livre	Campo Futebol	Complexo Esportivo	Esportes Radicais	Ginásio	Parque	Piscina	Pista de Corrida	Playground	Praça	Quadra Esportiva	Salão Comunitário	Total
Ouro Preto - Sede	18	7	11	1	0	3	0	0	2	24	12	13	91
Amarantina	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	10
Antônio Pereira	5	2	0	0	0	0	0	0	1	0	6	1	15
Cachoeira do Campo	4	3	0	0	1	0	0	0	1	0	6	3	18
Engenheiro Correia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	1	1	5
Glaura	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	5
Lavras Novas	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2	1	1	6
Miguel Bournier	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	3
Rodrigo Silva	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3
Santo Antônio do Leite	0	3	0	0	0	0	0	0	1	5	3	2	14
Santo Antônio do Salto	1	2	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	6

São Bartolomeu	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	4
Santa Rita de Ouro Preto	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	4

Fonte: Banco de dados do Projeto ELO.

Alguns dados em específico saltam aos olhos, como é o caso do tímido número (apenas 12) de praças vocacionadas às práticas de lazer e esporte nos distritos. Como ensinam Rechia e Betrán (2010), esses espaços devem ser entendidos para além da noção de circulação, transformando-se em lugares de encontro, atividades lúdicas, culturais e esportivas, consolidando-se como espaços cívicos. Um paralelo que se pode traçar em relação às praças diz respeito à temática da centralização dos espaços e equipamentos nas regiões centrais dos territórios, uma vez que a sede do município analisado apresentou o dobro de instalações quando comparada aos distritos. Todavia, cumpre relativizar esta análise com vistas à característica do Centro Histórico, sabidamente vocacionado ao turismo e que, por esse motivo, inclina-se à oferta de espaços para curta permanência de pessoas em trânsito pedestre.

Também chama atenção o grande volume de Academias ao Ar Livre (AAL) distribuídas pelo município e pelos distritos, totalizando 33 instalações. Para se ter ideia, com dados coletados em 2015, Rosa *et al.* (2017) estabeleceram um panorama espacial dos equipamentos de lazer em Ouro Preto e não apontaram nenhuma AAL. Isso não significa que essas estruturas inexistiam no período analisado, mas sugere que sua presença na cidade em tempos atuais é potente. Entretanto, ao avaliá-las ficou evidente sua insuficiência quanto às condições de uso e permanência.

Esses ambientes, de responsabilidade do poder público municipal, mostraram-se aquém dos parâmetros mínimos para estímulo e qualificação das experiências de lazer vinculadas à prática de atividades físicas. Em adição, ressalta-se que sua inclusão na paisagem urbana também merece ser colocada à prova, uma vez que não contempla aspectos básicos de acessibilidade e permanência. No caso de Ouro Preto, dadas as características do relevo territorial, foram observadas instalações que, mais do que inadequadas, parecem gerar risco à população, caminhando em sentido contrário ao que se espera dos equipamentos públicos de forma geral, como ilustram as imagens 1 e 2.

Na mesma direção, Anjos e Silva (2021) verificaram que a infraestrutura das AAL's em Campo Grande (MS) se apresenta deficitária, sobretudo por serem descobertas, não apresentarem banheiros, vestiários, bebedouros e lixeiras, além da falta de conservação dos aparelhos, que age negativamente sobre sua utilização social, concordando com nossa apuração, que pontua que 96,97% não atende à instância dos sanitários e 78,79% não atendem ao

mobiliário. Logo, percebe-se que os dados encontrados no presente estudo ensejam paridades em relação a outras pesquisas que se debruçaram sobre as AAL's em diferentes municípios e regiões do Brasil. Especula-se, então, que os problemas encontrados não parecem pontuais, pelo contrário, demonstram alguma fragilidade deste tipo de equipamento em se estabelecer como estrutura perene e qualificada para usufruto da população.

Imagem 1: Academia ao Ar Livre bairro Novo Horizonte.



Fonte: Banco de dados do Projeto ELO.

Imagem 2: Academia ao Ar Livre bairro Morro da Queimada.



Fonte: Banco de dados do Projeto ELO.

Em outra dimensão de análise, é possível se estabelecer um índice per capta de espaços e equipamentos, como se observa no Quadro 3:

Quadro 3: Índice per capta de espaços e equipamentos de lazer e esporte.

LOCAL	EQUIPAMENTOS	HABITANTES	ÍNDICE
Ouro Preto - Sede	91	34125	375,0
Amarantina	10	4079	407,9
Antônio Pereira	15	4439	295,9
Cachoeira do Campo	18	9510	528,3
Engenheiro Correia	5	289	57,8
Glaura	5	515	103,0
Lavras Novas	6	1035	172,5
Miguel Bournier	3	160	53,3
Rodrigo Silva	3	1283	427,7
Santo Antônio do Leite	14	1664	118,9
Santo Antônio do Salto	6	1072	178,7
São Bartolomeu	4	383	95,8
Santa Rita de Ouro Preto	4	2121	530,3

Fonte: Banco de dados do Projeto ELO.

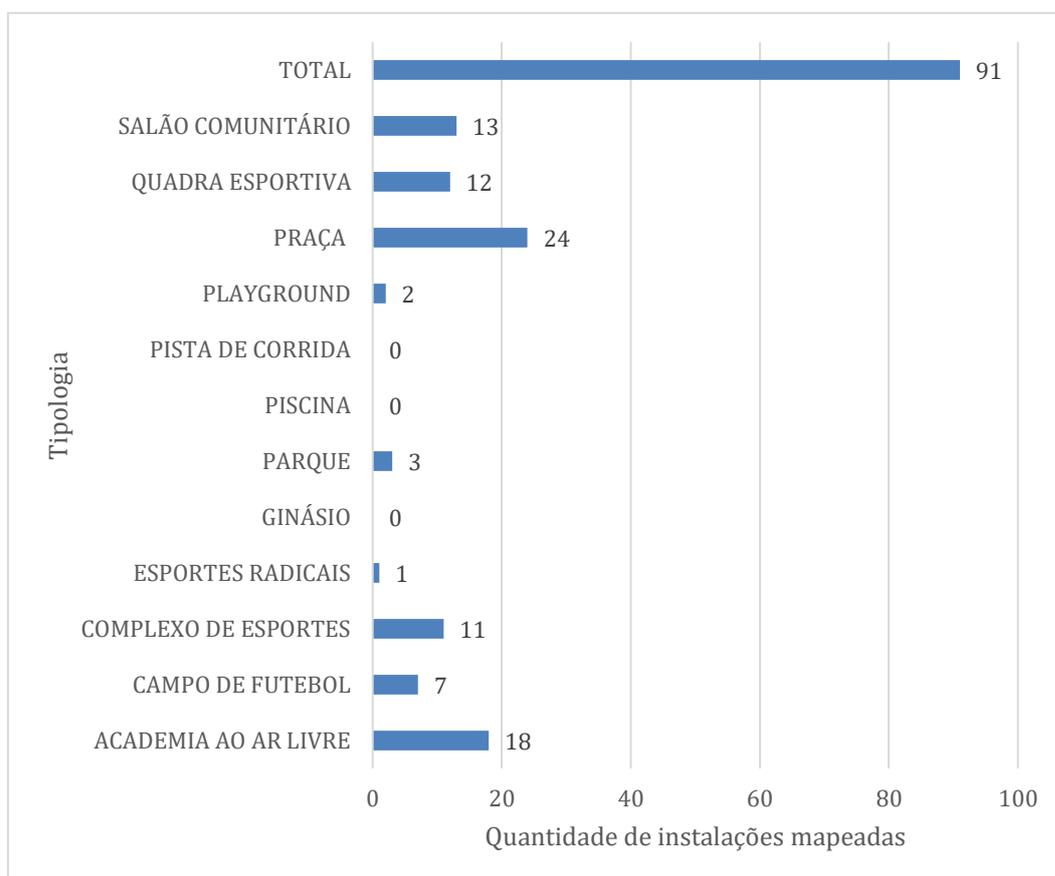
A partir dos dados expostos é possível inferir que os territórios com menor densidade populacional tendem a apresentar melhores índices *per capita* de espaços e equipamentos públicos, o que pode encontrar diferentes explicações. Uma delas é a própria característica dos municípios/distritos menores, com até 1.000 habitantes, geralmente pouco urbanizados e com características próximas aos ambientes rurais. Logo, os tipos de propriedade e os modos de interação social e econômica que compõem a paisagem local caminham em direção contrária à concentração de pessoas e imóveis. Ungheri e Isayama (2021) enfatizam que a gestão pública de territórios menores e menos densos populosamente se mostra menos complexa, em que pesem outros fatores que, na direção contrária, limitam a ação governamental nesses locais.

Também é possível refletir sobre a prevalência das diferentes tipologias de espaços e equipamentos públicos destinados às práticas de lazer e esporte. Os gráficos 1 e 2 traçam um paralelo entre a realidade da sede do município e dos distritos sob sua regência. Como argumentam Rosa *et al.* (2017), é urgente lançar luz aos diferentes tipos de equipamentos de lazer e esporte disponíveis, uma vez que suas respectivas configurações indicam, ou até mesmo definem, os interesses culturais passíveis de experimentação no local. Por exemplo, ao se deparar com uma piscina, a pessoa infere que o equipamento deva ser utilizado para prática de atividades aquáticas. Esse é um dos argumentos que sustentam a tese de que a variedade de espaços e equipamentos públicos guarda relações íntimas com a democratização do lazer e do esporte.

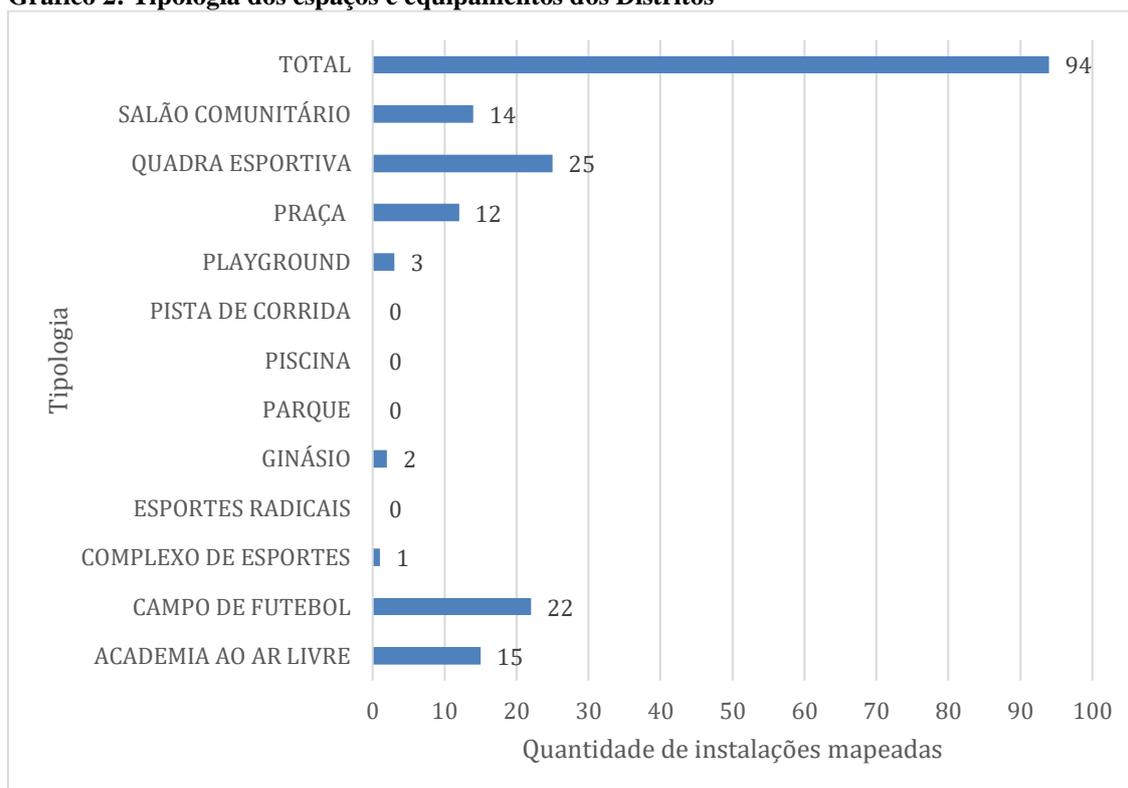
Na mesma direção, Faria *et al.* (2017) afirmam que os equipamentos localizados na região central de Ouro Preto são mais conservados, ao passo que em regiões mais afastadas (Sudeste, Sudoeste e Sul) se observa uma desvantagem relacionada ao menor número de instalações disponíveis, sendo as existentes avaliadas como precárias em sua maioria. Essa é, de fato, uma problemática relevante para o objeto de estudos em questão, pois como destacam Rechia e Betrán (2010), equipamentos construídos longe da moradia dos indivíduos estimulam a sensação de não pertencimento, acarretando uma impopularidade que levaria à subutilização, depredação e abandono.

Uma questão que pode intensificar esse processo é comumente experimentada em cidades cujo viés turístico protagoniza as ações governamentais. Não são raros os estudos que problematizam a questão (RECHIA E BETRÁN, 2010; SANTOS E ALVES, 2021; ROSA, 2017), geralmente apontando dissonâncias entre as iniciativas focalizadas na comunidade local e nos turistas, sendo esses últimos priorizados em função da contribuição econômica que conferem. Por esse prisma, o turismo é tratado como regulador das relações estabelecidas na cidade, que alça seus cidadãos ao status de coadjuvantes em relação às políticas de experimentação do ambiente urbano.

Gráfico 1: Tipologia dos espaços e equipamentos da Sede



Fonte: Banco de dados do Projeto ELO.

Gráfico 2: Tipologia dos espaços e equipamentos dos Distritos

Fonte: Banco de dados do Projeto ELO.

Pode-se dizer que a presença maciça dos campos de futebol, quadras e complexos esportivos era esperada, pois esse é um cenário relatado por vários estudos dedicado ao diagnóstico dos equipamentos de lazer e esporte no Brasil (UNGHERI E ISAYAMA, 2021; ROSA, 2017; SANTOS E ALVES, 2021; SEGUNDO *et al.*, 2020). Geralmente, o panorama apontado tende a direcionar as práticas realizadas nesses espaços pelo viés dos esportes coletivos, especialmente o futebol. Não se pretende negar o futebol como traço da cultura brasileira, muito menos sugerir sua retirada dos quadros de ações do poder público, mas provocar um debate sobre a inserção de práticas muitas vezes negadas em função de seu protagonismo.

Tenciona-se a questão a partir dos dizeres de Ungheri e Isayama (2021), quando afirmam que alguns municípios ampliam o rol de atividades praticáveis em seus domínios a partir da oferta de praças, ciclovias e arenas de esportes radicais, por exemplo. Para os autores, a diversificação dos espaços e equipamentos pode estimular novos hábitos na população e até mesmo atender demandas reprimidas e invisibilizadas pela ausência de mecanismos de participação popular. Porém, não se pode tirar do horizonte a necessidade de se conceber espaços e equipamentos considerando a manutenção de sua vida social, ou seja, deve-se planejar os investimentos, destinando-se recursos físicos, profissionais e financeiros capazes de sustentar e gerenciar os espaços e equipamentos.

Os parques também chamaram atenção, mas pelo baixo número diagnosticado, apenas 3 espaços localizados no Centro Histórico do município e nenhum nos distritos. Entende-se que o leque de opções de uso dessas estruturas poderia ser melhor explorado pela administração municipal, dado o seu potencial educativo por vias intersetoriais, perpassando atividades físicas no meio ambiente, educação ambiental, turismo, eventos culturais, entre outros. Ao estudarem os parques de uma cidade com vocação turística, Santos e Alves (2021) denunciaram a ausência de políticas em torno dos usos de parques e de suas características específicas para a comunidade local, o que não parece ser uma exclusividade do município analisado pelas autoras.

É notável que a existência de um espaço ou de um equipamento público não significa a garantia do direito ao lazer e ao esporte, o que demonstra a necessidade de outras dimensões de ação no cotidiano das cidades, sendo uma delas a animação dessas instalações. Melo e Alves Junior (2012) tematizam conceitualmente a questão da animação cultural nos espaços e equipamentos destinados às práticas de lazer, tida como possibilidade de intervenção pedagógica a partir da busca por novas formas de encarar a realidade social, mobilização de diferentes linguagens, equilíbrio entre consumo e participação direta e recuperação de bens culturais.

Nessa esteira, cumpre salientar que os estudos de Lucas e Cleps (2020), Silva *et al.* (2020), Santos e Alves (2021) e Segundo *et al.* (2020) se debruçaram sobre os equipamentos públicos de lazer e esporte em cidades brasileiras e identificaram a necessidade de se dar vida às instalações pelo viés da animação cultural nos espaços. Reverberando as palavras de Pina (2017), para que os espaços e os equipamentos de lazer e esporte não sejam “não lugares”, sua dinâmica deve ser identitária, relacional e histórica, transpondo a lógica de locais de passagem ou de visitas rápidas. Por essa abordagem, a ação de profissionais nesses lugares cumpre o papel de se estabelecer referências sociais e culturais para seus frequentadores.

Por fim, é válido refletir sobre as condições de acesso, uso e permanência nos espaços e equipamentos analisados. O Quadro 4 compila os dados elencados na pesquisa, sendo importante lembrar que o conceito A (atende as necessidades) foi estabelecido caso a estrutura apresentasse todos os padrões de análise. Já o conceito B (atende parcialmente) foi concedido caso um ou mais padrões de análise não fossem identificados. Em soma, o conceito C (não atende às necessidades) se deu quando o espaço ou equipamento não apresentava nenhum dos padrões preconizados pelo formulário de análise.

O quadro identificado se mostra preocupante, haja visto que ampla maioria dos espaços e equipamentos analisados não atende às necessidades básicas de acesso e permanência por parte da população. Para se ter uma ideia, 4 deles obtiveram a classificação “A” em todas as dimensões, ou seja, apenas 2% das instalações de lazer e esporte disponíveis em Ouro Preto podem ser consideradas totalmente adequadas para uso da população. De forma ainda mais preocupante, a constatação de que 94% dos espaços não atendem aos quesitos de acessibilidade, evidencia o descumprimento de ordenamentos legais robustos, como o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) e o Plano Diretor do Município de Ouro Preto (OURO PRETO, 2006). Ao analisarem os equipamentos públicos de esporte e lazer em Governador Valadares (MG) quanto aos aspectos da acessibilidade, Dornellas *et al.* (2021) concluíram que das 22 instalações diagnosticadas, apenas uma atendeu aos critérios de inclusão estabelecidos, ressaltando que no quesito acessibilidade arquitetônica, as condições estruturais somente atendem parcialmente aos requisitos básicos.

Quadro 4: Índice per capita de espaços e equipamentos de lazer e esporte.

Dimensão	Índices		
	A	B	C
Segurança	23 (12,4%)	25 (13,5%)	137 (74,1%)
Iluminação	51 (27,5%)	5 (2,7%)	129 (69,8%)
Acessibilidade	6 (3,2%)	5 (2,7%)	174 (94,1%)
Circulação	15 (8,1%)	32 (17,3%)	138 (74,6%)
Sanitário	4 (2,1%)	17 (9,1%)	164 (88,8%)
Mobiliário	5 (2,7%)	15 (8,1%)	165 (89,2%)

Em estudo realizado com dados coletados em 2015, Faria *et al.* (2017) classificaram o estado de conservação dos espaços e equipamentos públicos de Ouro Preto entre ótimo, bom, médio, ruim e abandonado. Concluíram que aproximadamente 52% deles apresenta condições que vão do médio ao abandonado, refletindo uma situação social aquém da desejada. Mesmo tendo utilizado métodos de coleta e análise de dados diferentes, o referido estudo e o presente manuscrito dialogam entre si, quando evidenciam a necessidade de se qualificar os serviços ofertados à população ouro-pretana.

Exemplificando a questão, Faria *et al.* (2017) perceberam que apenas 24% das instalações analisadas possuía lixeiras, 18% sanitários, 14% bebedouros e 8% vestiários. Em direção semelhante, aproximadamente 73% dos sujeitos da pesquisa de Silva *et al.* (2020) afirmaram não se sentirem satisfeitos com os espaços de lazer e esporte em seu município, denunciando uma situação de abandono no contexto estudado. Por outro lado, Segundo *et al.* (2020) demonstraram que, dentre os 35 equipamentos de esporte que analisaram, 80% das instalações estavam em boas condições de acessibilidade urbanística.

Outro ponto que merece atenção diz respeito às possibilidades de circulação nos espaços e equipamentos da cidade. Isso porque é imperativo correlacionar seus usos principais e combinados, ou seja, mesmo que uma praça seja utilizada para circulação de um espaço para o outro, é possível planejá-la de tal forma que se permita a realização de caminhadas, corridas, brincadeiras e até mesmo permanência em suas dependências. Rechia e Batrán (2010) argumentam que uma das possibilidades para efetivar o cenário especulado estaria na disposição de calçadas atrativas às pessoas, desde que ofereçam acessibilidade aos transeuntes. Ressalta-se que a presença e a circulação de pessoas pelos espaços da cidade trazem consigo, dentre outras vantagens, maior sensação de segurança pela apropriação dos cidadãos.

Por esse prisma, compreende-se a ideia de segurança por um viés que ultrapassa a presença de forças policiais e a aparente ausência de marginais. Antes disso, advoga-se pela sensação de segurança que emana do pertencimento à cidade, do olhar vigilante que se compartilha entre as pessoas que têm seus caminhos cruzados com frequência. A condição urbana estaria, portanto, no protagonismo das relações sociais, uma vez que um poste aceso teria seu uso argumentado à facilitação da circulação primeiramente, não se justificando pela ausência de penumbra que causa medo e convida à violência.

4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados obtidos pelo estudo em tela, verificou-se a distribuição dos espaços e equipamentos de lazer e esporte em Ouro Preto / MG, sendo possível perceber um significativo volume de instalações no território municipal. Nota-se, portanto, um bom potencial em relação ao incentivo às práticas corporais aos cidadãos locais, em que pese a necessidade de manutenção e animação dos espaços. Muitos deles não apresentam condições ótimas de acesso, uso e permanência.

Percebe-se a preocupante situação de conservação e de estruturas de permanência, o que inviabiliza a utilização dos equipamentos pela própria população. Outra questão de inquestionável preocupação é a acessibilidade, onde percebemos que a grande maioria não apresenta estruturas básicas como pisos planos e rampas de acesso a população com algum tipo de limitação física.

Outro fator que chama atenção é a geo-distribuição dos equipamentos e a relação com seu estado de conservação, onde foi percebido que os equipamentos encontrados nas regiões centrais são mais bem conservados que os encontrados nas demais regiões (Sul, Sudoeste e Sudeste), talvez pelo grande potencial turístico da região e o interesse nesse mercado, que inviabilizam um interesse em condicionar esse espaço para a população situada nas periferias da cidade.

Também se fez importante analisar a influência do espaço e sua vocação, relacionando ao índice de equipamentos por habitante, onde percebe-se que regiões com menor número de habitantes possuem uma tendência a valorização dos espaços locais e conseqüentemente uma maior qualificação. Com este estudo se buscou estabelecer subsídios para a implementação de políticas públicas direcionadas à revitalização das áreas urbanas.

Por fim, reafirma-se a necessidade de se dar vida às instalações pelo viés da animação cultural nos espaços. A sensação de pertencimento e o interesse para usufruto dos equipamentos disponíveis e analisados, pela população local, passa pela garantia desta abordagem, haja visto o potencial vocacional das instalações. Todo o escopo de análise em questão não cumpre outra missão, que seja diferente do suporte necessário à garantia dos direitos sociais constitucionalmente estabelecidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laís.; SARAMAGO, Guilherme.; VALENTE, Lucia.; DE SOUSA, Angélica. **Análise documental e sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica.** Cadernos da Fucamp, v. 20, n. 43, p. 51 – 63, 2021.

ANJOS, Vitor. A. A., SILVA, Júnior. V. P. (2021). **Políticas de promoção da saúde em academias públicas de Campo Grande - MS, Brasil.** Revista Retos, 39, (1), 379-387, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47197/retos.v0i39.79382>.

AROSTEGUY, Agustín.; GOMES, Christianne. **Palpable cities: leisure in the contemporary urban geographies: a theoritical discussion.** European Journal of Cultural Management and Policy. V. 10, n. 2, p. 39 – 49, 2020.

BAHIA, Mirleide.; FIGUEIREDO, Silvio. **O direito à cidade: reflexões sobre espaço público e lazer.** IN: AZEVÊDO, Paulo Henrique.; BRAMANTE, Antonio Carlos. **Gestão estratégica das experiências de lazer.** Appris: Curitiba, 2017.

BAUER, Martin.; AARTS, Bas. **A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos.** IN: BAUER, Martin.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Editora Vozes: Petrópolis. 2 ed, 2002.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Estatuto do Idoso.** Lei Federal Nº 10.741 de 1 de outubro de 2003. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei Federal Nº 13.146 de 6 de julho de 2015.** Brasília, DF, 2015.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos.** São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 380 p., 2009.

COUTO, Ana Cláudia Porfírio; DA SILVA, Luciano Pereira; ROQUE, Camila Evelin; ALVES, Glauce Teixeira. **Políticas públicas de esporte e lazer: Centro MG da rede cedes.** Belo Horizonte: UTOPIKA, 2019. 177 p.

DORNELLAS, Liege.; NASCIMENTO, Anselmo.; MACIEL JUNIOR, Mauro.; GONÇALVES, Meirele.; LAHR, Silvana. **Espaços de lazer esportivo em Governador Valadares/MG: possibilidade de inclusão de pessoas com deficiência.** IN: GRILLO,

Rogério.; SWERTS, Márcio. **Educação Física e Ciências do Esporte: uma abordagem interdisciplinar**. Editora Científica Digital, ed. 1, v. 2, 2020.

ISAYAMA, Hélder Ferreira. **Formação e Atuação Profissional em Políticas Públicas de esporte e Lazer: Estudos e Pesquisas**. Belo Horizonte: EditoraUFMG, 2018. 328 p.

LUCAS, Fabrício.; CLEPS, Geisa. **Espaço público e lazer: reflexões a partir da cidade de Uberlândia – MG**. Revista Caminhos de Geografia: Uberlândia, v. 21, n. 76, p. 231 – 248, 2020.

MARCELLINO, Nelson.; BARBOSA, Felipe.; MARIANO, Stephanie. **Espaços e equipamentos de lazer: apontamentos para uma política pública**. IN: MARCELLINO, Nelson (Org.). **Políticas públicas de lazer**. Alínea: Campinas. 2 ed. 2015.

MARCONI, Marina.; LAKATOS, Eva. **Fundamentos da metodologia científica**. Atlas: São Paulo. 8 ed. 2017.

NECA, Bruno.; RECHIA, Simone. **Tarifa Domingueira: uma policy analysis de uma política pública de incentivo à circulação na cidade de Curitiba – PR e os impactos no âmbito do lazer**. Licere: Belo Horizonte, v. 23, n. 1, 2020.

OURO PRETO. **Plano Diretor do Município de Ouro Preto. Lei Complementar Nº 29 de 28 de dezembro de 2006**. Ouro Preto, MG, 2006.

PINA, Luiz. **Os equipamentos de lazer como cenário das experiências e das atividades no tempo livre**. Revista Brasileira de Estudos do Lazer: Belo Horizonte, v. 4, n. 1, 2017.

RECHIA, Simone. **Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer. Tese de doutorado: Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas**. Campinas: SP, 2003.

RECHIA, Simone.; BETRÁN, Javier. **Parques urbanos de Barcelona: relações entre usos principais e combinados, a diversidade nas formas de apropriação e a segurança**. Revista Movimento: Porto Alegre. v. 16, n. 3, p. 181 – 202, 2010.

RIBEIRO, Fernando. **Novos espaços para esporte e lazer: planejamento e gestão de instalações para esportes, educação física, atividades físicas e lazer**. Ícone Editora: São Paulo. 1 ed. 2011.

ROSA, Maria Cristina (Org.). **Equipamentos de lazer e esporte de Ouro Preto: contribuições para as políticas públicas**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2017.

ROSA, Maria Cristina. **Equipamentos de Esporte e Lazer de Ouro Preto: Contribuição para as Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

ROSA, Maria Cristina.; SANTANA, Jaqueline.; PIRES, Cleverson.; SILVA, Simone. **Espacialização dos equipamentos de lazer em Ouro Preto na perspectiva de um sistema de informações geográficas**. IN: ROSA, Maria Cristina (Org.). **Equipamentos de lazer e esporte de Ouro Preto: contribuições para as políticas públicas**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2017.

SANTOS, Stefane.; ALVES, Cathia. **Políticas públicas: os parques da cidade de Salto – SP e o lazer**. Corpoconsciência: Cuiabá, v. 25, n. 1, p. 105 – 120, 2021.

SEGUNDO, Paulo.; TRIANI, André.; MACIEL, Kathlen.; ALECRIM, João.; PIRES, Gilberto. **Condições físicas dos espaços públicos de lazer e esporte da cidade de Boa Vista – RR**. Revista Brasileira de Estudos do Lazer: Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 84 – 98, 2020.

SILVA, Francisco.; COSTA, Jean.; BARBOSA, Raoni. **A fruição do tempo livre nos espaços e equipamentos de lazer na cidade de Mossoró – RN**. Sociabilidades Urbanas: Revista de Antropologia e Sociologia, v. 4, n. 10, p. 81 – 104, 2020.

SOARES, Márcia Miranda; ISAYAMA, Helder Ferreira; PINTOS, Ana Elenara. **Monitorando e avaliando políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: A experiência dos programas esporte e lazer da cidade (PELC) e vida saudável (VS)**. Campinas: Autores Associados, 2018. 224 p.

STIGGER, Marco.; MYSKIW, Mauro (Orgs.). **Políticas públicas de esporte e lazer: olhares e experiências na perspectiva do direito social**. Editora Unijuí, 2019

UNGHERI, Bruno Ocelli. **POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER: institucionalização e municipalização no contexto do Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Tese (Doutorado em estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, Belo Horizonte, 2019.

UNGHERI, Bruno.; ISAYAMA, Hélder. **Controle e participação social no Programa Esporte e Lazer da Cidade: reflexões sobre o papel e a atuação das instituições**. Revista Movimento: Porto Alegre. v. 26, 2020.

UNGHERI, Bruno.; ISAYAMA, Hélder. **Equipamentos públicos de lazer e esporte: o cenário institucional de municípios que implementaram o Programa Esporte e Lazer da Cidade. Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, 2021.

ANEXO A

Formulário de Observação



PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO

Pesquisador(es): _____ Data

de aplicação do protocolo: ___/___/_____

Horário: _____

Espaço: _____

Confirmação do *print* ou envio da localização ()

O espaço está em reforma? () Sim () Não

O espaço possui horário de funcionamento? () Sim () Não

O espaço fica aberto ao público? () Sim () Não

Caso o espaço fique fechado, quem promove sua abertura? _____

1. CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO

Limpeza:

O espaço estava limpo? () Sim () Não

Como estava a situação de limpeza no período observado? _____

Segurança:

A estrutura do equipamento atende as necessidades de segurança (extintores, saídas de emergência, grades, etc.)? () Sim () Não

Por _____ quê?

__ Há presença de apoio de emergência próximo ao espaço (polícia, ambulância, etc.)? () Sim () Não

Iluminação:

O local possui iluminação (postes, refletores, etc.)? () Sim () Não

Quantos _____ (de _____ cada tipo)? _____

__ Esses equipamentos estão funcionando? () Sim () Não

Observações: _____

Manutenção:

Existe serviço de manutenção? () Sim () Não

Observações: _____

—

—

2. ACESSO AO ESPAÇO

Existe calçada de acesso? () Sim () Não

De _____ que _____ material _____ é feita? _____

__ Possui inclinação? () Sim () Não

Apresenta deformidade (desníveis, buracos, etc.)? () Sim () Não

Largura da calçada (em metros) : () >1,20 () <1,20

Possui Obstáculos? () Sim () Não

O calçamento é antiderrapante? () Sim () Não

Observações: _____

—

__ O calçamento é plano? () Sim () Não

Existem guias rebaixadas de acesso ao equipamento? () Sim () Não Apresenta piso tátil de alerta próximo a desníveis, guias rebaixadas? () Sim () Não

Observações: _____

—

__ No dia observado, existiam folhas e flores caídas no chão, deixando-o escorregadio? () Sim () Não

Há bancos na rota acessível, inviabilizando a passagem? () Sim () Não

3. CIRCULAÇÃO NO ESPAÇO

O piso é regular, firme e estável? () Sim () Não

Largura da passagem (em metros): () >1,20 () <1,20

Possui escada? () Sim () Não

Possui rampa? () Sim () Não

Largura da rampa: () >1,20 () <1,20

Há desníveis que dificultem o acesso à cadeira de rodas? () Sim () Não

Observações: _____

—

__ Possui obstáculos para circulação em geral? () Sim () Não

Observações: _____

—

—

Existe comunicação visual interna no espaço (placas, murais, etc.)? Sim Não A comunicação visual é adequada? Sim Não

Por

quê? _____

—

4. SANITÁRIOS

Possui sanitário para os usuários do espaço? Sim Não

A limpeza dos sanitários é satisfatória? Sim Não

A manutenção dos sanitários é satisfatória? Sim Não

Os sanitários atendem a todos os tipos de público? Sim Não

Por

quê? _____

—

___ Há portas com abertura externa sem interferir na circulação? Sim Não

A porta tem fácil abertura em caso de travamento? Sim Não Há símbolo internacional de acesso? Sim Não

O piso é antiderrapante? Sim Não

5. VASO SANITÁRIO

Possui vaso sanitário? Sim Não

Box Mínimo de 1,50x1,70m? Sim Não

Box com porta de abertura externa? Sim Não

Altura máxima de 0,46m do piso? Sim Não

Válvula de descarga no máximo de 1m do piso? Sim Não

Possui barra de apoio na altura do vaso sanitário? Sim Não

Observações: _____

—

—

6. LAVATÓRIO

Possui lavatório? () Sim () Não

Estrutura do lavatório: () Suspenso () Meia coluna

Altura máxima de 0,80m? () Sim () Não

Possui barra de apoio na altura do lavatório? () Sim () Não

Possui espelho plano a 0,90m do piso e altura de 1,80m? () Sim () Não Possui espelho inclinado? () Sim () Não

Possui apoio para volumes de 0,80m a 1,20m do piso? () Sim () Não Possui saboneteira de 0,80m a 1,20m do piso? () Sim () Não

7. MOBILIÁRIO

Telefone:

Possui telefone público? () Sim () Não

O aparelho funciona? () Sim () Não

O telefone é adaptado a necessidades especiais? () Sim () Não

Possui área de aproximação frontal mínima de 0,80m x 1,20m? () Sim () Não Os comandos estão entre 0,80m e 1,20m? () Sim () Não

Bebedouro:

Possui bebedouro? () Sim () Não

Atende a diversos públicos (deficientes, idosos, crianças e outros)? () Sim () Não Por quê? _____

Lixeira:

Possui lixeiras? () Sim () Não

Quantas? _____

Estão conservadas? () Sim () Não

Por

quê? _____

Bancos:

Possui bancos? () Sim () Não

Quantos? _____

Estão conservados? () Sim () Não

Por

quê? _____

Estruturas de Proteção e Permanência:

O local possui algum espaço de permanência que protege do sol ou da chuva?
(marquise, toldo, etc ...) () Sim () Não

O local possui fraldário? () Sim () Não

8. ATIVIDADES

Possui materiais para a prática de atividades? () Sim () Não

Quais? _____

—

__ Se sim, os materiais podem ser emprestados? () Sim () Não

O estado de conservação dos materiais é bom? () Sim () Não

Em quais horários os materiais são disponibilizados? _____

—

Há profissionais atuando nas atividades? () Sim () Não

Quais atividades são ofertadas no local? _____

As atividades são gratuitas? () Sim () Não

Quem é responsável pela oferta? _____

—

9. GERAIS

O estado de conservação do espaço é satisfatório? () Sim () Não

Há facilidade de acesso a transporte público? () Sim () Não

Quais as opções? _____

—

Existe estrutura para alimentação, como lanchonetes, restaurantes, refeitório, terceirizados e vendedores ambulantes?

() Sim () Não

Foi possível perceber a vocação do espaço? (Verificar se o local é destinado para algum tipo de público alvo ou para alguma prática específica) () Sim () Não

Observações:

ANEXO B

Portfólio/ Ficha Catalográfica

Espaços e Equipamentos de Lazer e Esporte de Ouro Preto / MG

			
Nome:			
Endereço Completo:			
Categoria			
Livre	() Academia ao Ar	Futebol	() Campo de
	() Ginásio		() Parque
Parquinho	() Playground /		() Praça
		Esportivo	() Complexo
			() Piscina
		Esportiva	() Quadra
			() Salão
			Radicais
			() Esportes
			() Pista de
			Corrida
			Comunitário

DIME NSÃO	CARACTERIZAÇÃO		
Seguran ça	Possui extintores, grades, saída de emergência?		Comentários
	() SIM	() NÃO	
Ilumina ção	Possui iluminação?		Comentários
	() SIM () NÃO	Se sim, funciona? () SIM () NÃO	
Acessibi lidade	Possui calçada?		Comentários
	() SIM () NÃO	No geral, é acessível? () SIM () NÃO	
Circulaç ão	O piso é regular?		Comentários
	() SIM () NÃO	Existem obstáculos? () SIM () NÃO	
Sanitári os	Possui sanitário?		Comentários
		Se sim, é acessível?	

	() SIM () NÃO	() SIM () NÃO	
Lavatórios	Possui lavatório?	Se sim, é acessível?	Comentários
	() SIM () NÃO	() SIM () NÃO	
Mobiliário	Possui bebedouro?	Se sim, é acessível?	Comentários
	() SIM () NÃO	() SIM () NÃO	
	Possui lixeiras?	Possui bancos?	
	() SIM () NÃO	() SIM () NÃO	
	Possui estrutura de proteção ao sol e à chuva?		
() SIM () NÃO			
Estrutura de Permanência	Possui estrutura para alimentação?	Possui fraldário?	Comentários
	() SIM () NÃO	() SIM () NÃO	
Atividades Desenvolvidas	Empresta Material?	Se possível, descrever as atividades desenvolvidas	
	() SIM () NÃO		
	Descrever a vocação do espaço (O que pode ser realizado no local)		

ANEXOS (FOTOS E/OU IMAGENS)